

Da Síria para São Bernardo do Campo: o cenário do refúgio

*Juliana Carneiro da Silva**

1 INTRODUÇÃO

O processo migratório envolve não apenas um deslocamento geográfico, mas também movimentos e transformações nas esferas das relações pessoais, da cultura, da inserção econômica, entre outras, movimentos estes que, conforme aponta Sayad (1999, p. 165), não são apenas fruto do processo migratório e das mudanças que lhe são inerentes, mas também a sua causa.

Se considerarmos o processo de deslocamento forçado, que tem como epicentro o conflito que se desenvolve na Síria desde 2011, veremos que a tese de Sayad (1999) continua atual: é notável, nas narrativas dos sírios que se refugiam no Brasil, a ideia de deterioração das condições de vida e de laços sociais antes da emigração; da mesma forma, podemos observar como o deslocamento forçado age para operar transformações em diversas esferas da vida, dentre as quais destaco as que ocorrem com o parentesco, pois compreendo que ele se relaciona intimamente com as dinâmicas migratórias (BRYCESON e VUORELLA, 2002; MACHADO, 2015).

Partindo de uma pesquisa etnográfica junto a sírios que se refugiam na cidade, pretendo descrever como meus interlocutores concebem e vivenciam o parentesco e investigar como tais vivências e concepções se relacionam com o processo de refúgio.

Dialogo com nove refugiados que moram em São Bernardo e que conheci majoritariamente por meio de instituições islâmicas (Igreja, Associações, Consulados), sendo que oito deles estão com parentes no município. Como comecei minha inserção em campo por meio dessas instituições. Antes de decidir por situar meu trabalho em São Bernardo do Campo, empreendi uma pesquisa exploratória também em São Paulo e Sorocaba, onde conheci alguns refugiados cristãos, outros que não se consideram religiosos e também alguns muçulmanos; embora o foco da minha pesquisa seja São Bernardo do Campo, os dados obtidos na pesquisa exploratória em outras cidades compõem a pesquisa de forma lateral na medida em que podem endossar ou questionar dados obtidos em São Bernardo.

* *Juliana Carneiro da Silva é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduou-se em Ciências Sociais na mesma universidade. Trabalha com a temática das migrações desde 2013.*

Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa naquela cidade levou-me a entrar em contato também com estrangeiros nacionais de outros países, como o Líbano, o Egito e o Iraque, e com brasileiros, particularmente funcionários das instituições islâmicas de São Bernardo do Campo.

Dedico-me neste artigo a descrever o cenário do refúgio sírio na referida cidade, ressaltando a singularidade dos sírios frente a outras nacionalidades que se refugiam no país e as especificidades de São Bernardo do Campo enquanto sociedade receptora. Abordarei igualmente algumas articulações iniciais entre tal cenário e as relações de parentesco.

Ainda em função do estágio inicial da pesquisa de campo, optei por não identificar nominalmente meus interlocutores. Esta escolha também se justifica pelo fato de eu estar lidando com populações, politicamente e socialmente, vulneráveis.

2 OS CAMINHOS DO REFÚGIO SÍRIO

Como se sabe, o conflito que se desenvolve na Síria desde 2011 tem, como uma de suas consequências, o deslocamento forçado de um grande contingente populacional: de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), referentes a 19 de abril de 2018, o conflito sírio gerou 6,6 milhões de deslocados internos e mais de 5,6 milhões de deslocados externos¹.

Com relação aos deslocados externos, devemos destacar o papel dos países vizinhos como sendo primeiros e principais receptores desta população. De acordo com Denaro (2016), mais de 4,8 milhões de sírios foram registrados como refugiados nos países da região conhecida por MENA² (Middle East and North Africa Region ou Oriente Médio e África do Norte), o que não significa que tenham aí permanecido. De fato, como relata a autora, com o desenvolvimento do conflito e o aumento da pressão sobre os países da região, houve uma diversificação de destinos e trajetórias de refúgio (as quais podem incluir mais de um país), sem, contudo, modificar a proeminência numérica dos países vizinhos na recepção daqueles refugiados. Em janeiro de 2018, a Turquia, por exemplo, recebia sozinha 3.466.263 refugiados sírios³.

Em contraste, no Brasil, os sírios perfaziam 35% dos 5.134 refugiados no final de 2017 (BRASIL, 2017), consolidando-se como a maior nacionalidade refugiada no país. Para Navia (2014), o pequeno número de refugiados reconhecidos pelo Brasil (até dezembro de 2017, foram 10.145, somando-se todas as nacionalidades⁴) se deve, em parte, à própria política brasileira, pois os mecanismos que reconhecem sujeitos como refugiados no país são bastante seletivos e excludentes de forma a não acarretar grandes custos/ riscos econômicos ou diplomáticos para o Brasil, nem ferir sua imagem de país acolhedor (NAVIA, 2014, p. 32-33). Ademais, o Brasil fica distante de regiões

de conflito como a Síria, e o acesso ao país é mais difícil e custoso. O grande afluxo de venezuelanos mostra que, apesar da seletividade na política, quando há acesso possível, a entrada de refugiados ocorre.

Com relação aos sírios, contudo, o que se observa é que o Brasil tem sido bastante eficiente na concessão de refúgio – o balanço feito pelo ACNUR, para os anos de 2010 a 2014 (ACNUR, s.d.), mostra uma taxa de elegibilidade de 100% para os sírios, e os balanços publicados pelo Ministério da Justiça, em 2017 e 2018, mostram que foram eles os que tiveram o maior número de solicitações de refúgio deferidas em 2016 e 2017, mesmo que não tenham sido a nacionalidade que mais o solicitou (BRASIL, 2017; BRASIL, 2018). Sendo assim, poder-se-ia especular que o pequeno número de refugiados sírios no Brasil, se comparado com a quantidade de deslocados externos pelo conflito na Síria, pode ser justificado pela distância entre os dois países e pelos custos de transporte. Em uma rápida pesquisa na internet, encontrei passagens para maio de 2019, saindo de Beirute (Líbano)⁵ e chegando em São Paulo, com valor por volta de R\$ 2.000, o que hoje corresponde a 526,7733 dólares ou 271.296,7987 libras da Síria (SYP). Apenas para dar uma ideia do valor da passagem em relação ao poder aquisitivo da população síria, poderíamos citar que, entre os anos de 2007 e 2009, as camadas mais pobres da população de Damasco ganhavam no máximo 10.000 SYP por mês (HONEYSETT, 2013, p. 29).

Para além disso, devemos considerar também que, segundo meus interlocutores, muitos sírios preferiram migrar para países da Europa, por exemplo, em função das políticas sociais destinadas aos refugiados (frente a uma alegada deficiência brasileira neste quesito), enquanto que muitos dos que vieram ao Brasil só o fizeram porque ele era o único país que permanecia com as portas abertas aos sírios. (Denaro (2016, p. 78) relata, por exemplo, o endurecimento das políticas migratórias na Europa e o fechamento das fronteiras dos países vizinhos).

Este contraste entre o Brasil e outros países receptores dos deslocados pelo conflito sírio pode ser ilustrado pela trajetória de um jovem que conheci em São Bernardo do Campo. Sendo o único membro da família (pais e dois irmãos) em condições de servir ao exército, assim que o conflito começou, seus pais decidiram que ele deveria deixar o país. Para tanto, interrompeu a faculdade, foi sozinho para o Líbano e de lá mandou pedido para várias embaixadas, recebendo resposta negativa de todas. Conversou então com um amigo que morava no Brasil, o qual não recomendou sua vinda, mas como as outras embaixadas estavam dificultando o processo enquanto a brasileira estava facilitando, ele decidiu arriscar.

Se voltarmos aos números, veremos que foi a partir de 2013 que os sírios começaram a figurar nas estatísticas do ACNUR sobre refúgio no Brasil (ACNUR, s.d.), sendo que, em 2014, já eram a maior nacionalidade refugiada no país, perfazendo 20% do total. O ano de 2014 constituiu o pico de solicitações de refúgio por parte desta nacionalidade (1.075 solicitações) (ACNUR, s.d.), mas a proeminência numérica é mantida até o presente momento.

Poderíamos associar a guinada da presença síria no Brasil à promulgação, por parte do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)⁶, de uma Resolução visando facilitar a concessão de vistos para os deslocados pelo conflito sírio (BRASIL, 2013). Essa facilidade de obter os documentos necessários para a chegada ao Brasil figurou na fala de vários de meus interlocutores, não apenas em São Bernardo do Campo. A essa facilidade burocrática se soma ainda a possibilidade de chegar ao Brasil por meios seguros (avião), enquanto que outros destinos, como países europeus, só poderiam ser acessados via mar, segundo meus interlocutores.

Ainda sobre a relação entre o fluxo de sírios para o Brasil e a Normativa promulgada pelo Conare, é preciso notar, contudo, que o número de solicitações de refúgio por parte de sírios registrou uma queda, pelo menos a partir de 2016 (não encontrei dados para o ano de 2015), mesmo que, em setembro de 2015, a Resolução do Conare, que facilita a concessão de vistos para deslocados pelo conflito sírio, tenha sido renovada por mais dois anos. Isso significa que outros fatores, além dos aspectos legais, podem estar influenciando esse fluxo migratório.

Ainda que o estágio inicial da pesquisa não tenha permitido compreender quais são e como atuam esses outros fatores, é preciso dizer que a pesquisa de campo tem apontado para a importância dos laços históricos entre o Brasil e a Síria para a chegada e o estabelecimento de refugiados sírios em São Bernardo do Campo e nas outras cidades onde realizei pesquisa de campo exploratória (Sorocaba e São Paulo), sendo inclusive uma das justificativas elencadas na promulgação da resolução do Conare (BRASIL, 2013).

Sabe-se que a passagem do século XIX para o século XX foi palco de processos migratórios que tiveram sua origem em países do Oriente Médio, particularmente os atuais Síria e Líbano, e o Brasil como destino. De acordo com Karam (2009, p. 30-31), até a década de 1920, os que emigravam dessas regiões eram designados pelo governo brasileiro como “turcos”, visto que portavam passaportes emitidos pelo Sultanato Otomano. Posteriormente, quando já se havia criado a Síria e o Líbano como entidades geopolíticas, passou-se a empregar as categorias “sírio” e “libanês”. Segundo Truzzi (2016), os primeiros imigrantes eram em sua maioria cristãos, sendo que foi só depois de 1960 que os muçulmanos passaram a ser majoritários.

Deve-se considerar ainda que aqueles fluxos não foram compostos apenas por diferentes ondas migratórias que partiram do Oriente Médio em direção ao Brasil, mas igualmente por outros tipos de deslocamento de pessoas, como peregrinações, visitas à família, celebração ou busca de casamentos, viagens para aprendizado da língua e dos costumes árabes, entre outros (OSMAN, 2016; JARDIM, 2007).

No Brasil, esta intensa relação reverberou de diversas formas. Poderíamos pensar com Lesser (2001) a constituição de uma etnicidade sírio-libanesa; em arranjos familiares com Truzzi (2008), Osman (2016) e Jardim (2007); na

conformação de comunidades religiosas com Pinto (2005), Chagas (2009), Montenegro (2002) e Truzzi (2016), apenas para citar alguns. Por ora importa ressaltar a constituição de organizações ligadas a estes fluxos, como igrejas, mesquitas, centros islâmicos e escolas, e a presença de um número considerável de árabes e descendentes na população brasileira. De acordo com os dados levantados por Karam (2009, p. 28) junto a brasileiros de origem sírio-libanesa, estes compõem um contingente de algo entre 6 e 10 milhões de pessoas⁷.

Destaco a presença de um contingente populacional de origem sírio-libanesa e a existência de instituições criadas a partir desse processo migratório porque, conforme dados levantados até o presente momento, os processos de refúgio de cidadãos sírios têm se valido das conexões forjadas entre Oriente Médio e Brasil para se desenvolver. Muitos de meus interlocutores, não apenas em São Bernardo, contaram, e ainda contam, com o auxílio de parentes ou amigos árabes que moram há anos no Brasil para se instalar no país. Outros recorreram, e ainda recorrem, às instituições (Igrejas, Associações, Consulado) criadas a partir desses fluxos migratórios.

Visto que nem todas as nacionalidades que se refugiam no Brasil contam com fluxos transnacionais tão ativos e antigos como os que ligam a Síria ao Brasil, podemos apostar na hipótese de que as redes de apoio disponíveis para os refugiados de outras nacionalidades, como congolese⁸ e colombianos, devem ser menos extensas do que as que englobam sírios, libaneses e outras populações oriundas do Oriente Médio, como os palestinos.

Os trabalhos de Tannuri (2010) e Navia (2014) sobre congolese e colombianos, respectivamente, apontam para as dificuldades enfrentadas por esses coletivos no processo de obtenção do status de refugiado e no desenvolvimento da vida no Brasil. Isso não significa que não possam contar com apoios diversos nesses processos: Tannuri (2010) aponta para o importante papel desempenhado pelo grupo de *les vieux* (os antigos, instalados na cidade nos anos 1990) entre os congolese no Rio de Janeiro na busca por emprego e nos trâmites burocráticos brasileiros; indica ainda a existência de uma associação de refugiados congolese e angolanos (Comunidade Ango-Congolese do Brasil - CACB).

Navia (2014), por outro lado, menciona que seus interlocutores receberam apoio de diversas instituições religiosas não oficialmente ligadas aos mecanismos do refúgio no Brasil (ver nota 4), como igrejas cristãs não católicas e mesquitas. Apesar disso, ao menos para os agentes das organizações que se destinam a trabalhar com os processos de reassentamento de refugiados⁹, a experiência dos colombianos é bastante diferente da dos palestinos, que contam com a presença de uma “comunidade palestina” no país¹⁰.

Vemos, portanto, como a experiência dos refugiados sírios é singular. Além de contarem (ou terem contado) com instrumentos legais que facilitam o processo de solicitação de refúgio (a simplificação do processo para obtenção

de visto de viagem por meio da Resolução do Conare (BRASIL, 2013)) e de terem altas taxas de deferimento dessas solicitações, os sírios chegam em uma localidade em que a arabicidade faz, de forma mais ou menos proeminente, parte da realidade local (LESSER, 2001), onde muitos patrícios prosperaram por meio do comércio (TRUZZI, 1997) e onde existem instituições e particulares que podem atuar na recepção dos recém-chegados e auxiliar no desenvolvimento de suas vidas no país.

3 O REFÚGIO SÍRIO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Em artigo de 2008, Oswaldo Truzzi destaca a região metropolitana de São Paulo (onde se localiza São Bernardo do Campo) como um local que hoje concentra muitas famílias muçulmanas de origem árabe (particularmente libanesa), sobretudo no entorno de mesquitas. Lembrando que a migração dos atuais Síria e Líbano para o Brasil foi majoritariamente cristã, o autor indica que esses “núcleos muçulmanos” teriam se formado a partir da década de 1950 em função de uma crise econômica no Líbano.

Ainda segundo o autor (TRUZZI, 2008), aquele seria um grupo bastante homogêneo, embora comporte tanto sunitas quanto xiitas¹¹, visto que são originários em sua maioria de uma mesma região, o vale do Bekaa. Tal fato, de acordo com um funcionário brasileiro de uma das instituições islâmicas de São Bernardo do Campo, traria como corolário o fato de, atualmente, esses mesmos imigrantes e seus descendentes comunicarem-se, em São Bernardo, em um dialeto específico da região de onde vieram, o qual é dificilmente compreensível para aqueles que falam outros dialetos ou que, como ele, aprenderam o árabe clássico. Ainda segundo este funcionário, o árabe clássico só seria empregado pelos libaneses em São Bernardo nos momentos das orações.

Aquela homogeneidade seria acompanhada, para Truzzi (2008), de outras, como por exemplo, a conformação de comunidades em que os limites do islamismo tendem a coincidir com os da arabicidade (mesmo que contenham fiéis brasileiros revertidos ao islã) e a atividade profissional (comércio de móveis populares e de confecções, especialmente jeans no Brás, bairro localizado na região central de São Paulo). Este último aspecto é bastante conhecido na cidade, sendo que várias pessoas com as quais conversei associaram os “libaneses de São Bernardo” às inúmeras lojas de móveis que se encontram na região da rua Jurubatuba.

Dentro desse cenário, São Bernardo do Campo se destaca por possuir uma ampla rede de instituições islâmicas bastante atuantes, inclusive na acolhida de refugiados. Em 2015, 15 famílias sírias eram atendidas pelo Centro de Divulgação do Islam para a América Latina (CDIAL) (BORBA e MOREIRA, 2016). Ainda segundo Borba e Moreira (2016), esta instituição já auxiliou pessoas de outras origens, como iraquianos, senegaleses e bósnios.

Além do CDIAL, São Bernardo do Campo conta com o escritório da WAMY (Assembleia Mundial da Juventude Islâmica), a Assistência Social Islâmica Internacional, a editora Makkah e a mesquita sunita Abu Bakr Assadic (FERREIRA, 2009). Tais instituições congregam não apenas árabes e descendentes, como também brasileiros sem origem árabe e estrangeiros de outras nacionalidades.

De acordo com informações disponíveis em Ferreira (2009), tal cenário faz de São Bernardo do Campo uma referência para os muçulmanos, particularmente os sunitas, que são a maioria da população síria (HONEYSETT, 2013, p. 208). Assim, podemos especular que São Bernardo do Campo tem um lugar de destaque no atual fluxo de sírios para o Brasil.

De fato, as primeiras experiências em campo têm apontado para a importância da presença de uma forte comunidade árabe e islâmica em São Bernardo para a chegada dos deslocados pelo atual conflito sírio. Algumas das pessoas com as quais conversei optaram por morar na cidade por possuírem parentes que se instalaram há anos na cidade, enquanto uma moça que conheci acabou chegando a São Bernardo juntamente com o marido após descobrir, pela internet, a existência da mesquita Abu Bakr Assadic.

Da mesma forma, tenho podido observar a importância das instituições islâmicas no desenvolvimento da vida dos refugiados sírios em São Bernardo do Campo, ao menos nos meses que se seguem à sua chegada à cidade. A mesquita e o Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, instituições interligadas, tem atuado junto aos refugiados sírios particularmente no que tange à obtenção de moradia e ao aprendizado do português. Como exemplo dessa atuação, poderia mencionar o caso de um casal que já está no Brasil há cerca de cinco anos: quando chegaram e não tinham condições de pagar por uma moradia, ficaram hospedados na casa de um fiel da mesquita e posteriormente viveram em uma casa com o aluguel pago por esta instituição.

Borba e Moreira (2016) mencionam também a atuação do CDIAL para auxiliar o acesso aos serviços públicos de saúde (serviço de tradução árabe-português). Há ainda um colégio particular, ligado à “comunidade árabe” de São Bernardo do Campo, que tem acolhido filhos de refugiados. Além dessas ações práticas, deve-se ressaltar que, em função da religião (islã), muitos fiéis da mesquita têm conhecimento em língua árabe (para além do dialeto regional), o que é bastante importante para os que chegam da Síria sem conhecimento algum do português.

Pelo que pude perceber até o presente momento, apesar de essas instituições e de seus membros atuarem de forma solidária na recepção de refugiados sírios, há certa animosidade entre os libaneses e seus descendentes e os sírios que se refugiam em São Bernardo do Campo. Um dos refugiados com quem conversei apontou que os “libaneses” da cidade dão pouca ou nenhuma ajuda no âmbito do trabalho aos recém-chegados. Segundo me disse, raramente os refugiados conseguem empregos nos comércios que os “libaneses” têm na cidade, tampouco estes incentivam os negócios abertos pelos próprios

refugiados. Apesar disso, pude notar a existência de pelo menos um comércio, cujo proprietário é um refugiado vindo da Síria, no qual parte importante da clientela é composta pelos “libaneses de São Bernardo”¹².

Uma situação semelhante foi observada por Hamid (2012) com relação aos palestinos reassentados em Mogi das Cruzes, De acordo com a autora, havia uma expectativa por parte dos órgãos responsáveis pelo processo de reassentamento de que, considerando a hipótese de uma origem comum (árabe), a comunidade árabe da cidade pudesse ser de grande auxílio no processo de integração dos refugiados palestinos. A autora relata algumas iniciativas dessa comunidade no sentido de acolher os recém-chegados, contudo também verifica uma baixa empregabilidade dos refugiados nos comércios dos árabes e outros afastamentos e tensões entre os estabelecidos e os recém-chegados. Para a autora, tais afastamentos e tensões emergiam não apenas a partir de situações concretas vivenciadas nas relações entre eles, mas também a partir de preconceitos, estereótipos e da comparação entre a trajetória dos primeiros imigrantes (marcada por uma rápida ascensão social através de atividades comerciais (TRUZZI, 1997)) com as destes refugiados.

Em São Bernardo do Campo, a tensão presente nas relações entre “libaneses” e refugiados sírios foi apontada também por dois funcionários do centro islâmico de forma a justificar a pouca presença dos refugiados na mesquita. De acordo com um deles, esta tensão tem raízes na história política do Oriente Médio, visto que, na década de 1980, o exército sírio teria ocupado o Líbano, gerando uma espécie de animosidade dos libaneses em relação aos sírios, a qual encontraria ressonâncias em São Bernardo do Campo.

O episódio, ao qual aludem estes dois funcionários do centro islâmico, tem relação com os desenvolvimentos da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), na qual a Síria desempenhou um papel ativo, sendo responsável por ataques a algumas regiões do país vizinho (1982) e pela realização do Acordo de Taif (1989) que deu fim ao conflito e início a um período de 30 anos em que a Síria influenciou o Líbano (MOHAMMED, 2016). Isto é, na verdade, durante a dominação do Império Otomano, o Líbano fazia parte do que se denominava de “Grande Síria”. E isto não significa, exatamente, que a Síria, enquanto Estado-Nação, dominou o Líbano, por sua vez, também como um Estado-Nação.

Contudo, em São Bernardo do Campo, os refugiados sírios não encontram amparo apenas nas instituições islâmicas. Levantei a existência de outras organizações que oferecem serviços a eles: a Pastoral de Promoção Humana da Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, uma igreja batista e a Universidade Federal do ABC (UFABC).

A Pastoral da Igreja Matriz, cuja existência descobri apenas recentemente por meio de contatos nos serviços públicos municipais, trabalha em rede com outras organizações no estado de São Paulo para acolher e auxiliar imigrantes e refugiados através da doação de roupas e comidas, além de fornecer suporte em outras questões necessárias para a vida na cidade. Já as outras duas instituições

– igreja batista e UFABC – fornecem cursos de português para imigrantes e refugiados. Deve-se notar ainda que tal universidade possui reserva de vagas para refugiados em seus cursos de graduação.

No âmbito governamental, temos um período de transição que se inicia em 2016, com a saída do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luiz Marinho, e a entrada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Orlando Morando. Segundo o que pude levantar transitando entre diversos prédios e serviços municipais, durante essa mudança de governo, a Secretaria de Relações Internacionais, colocada por Borba e Moreira (2016) como responsável pela população refugiada no município, foi extinta, sendo que, em 2018, fui informada de que esta pauta seria incorporada, junto a outras pautas ditas identitárias, na Secretaria de Cidadania. A Secretaria de Assuntos Jurídicos e Pessoa com Deficiência (SCJ), a qual, pelo que pude levantar, estava ainda se estruturando em janeiro de 2019, data de minha última ida à cidade. Assim, até o presente momento não consegui obter informações por parte da prefeitura com relação à população refugiada no município e às políticas que lhes são destinadas (se existem). No entanto, conforme soube a partir do diálogo com funcionárias do Departamento de Assistência Social, a prefeitura não dispõe de dados quantitativos sobre a população refugiada no município, pois quem fazia este trabalho era a Secretaria de Relações Internacionais e a SCJ ainda não teria se encarregado disso.

Com relação ao aspecto quantitativo, temos dados lançados recentemente pelo Observatório das Migrações em São Paulo¹³ concernentes ao período entre 2010 e 2016. De acordo com os dados presentes nesse site, São Bernardo do Campo contava, em 2016, com 55 pessoas amparadas pela Lei do Refúgio, sendo que 36 delas nasceram na Síria. Ainda segundo a plataforma, São Bernardo seria a terceira cidade com maior número de refugiados sírios no estado de São Paulo, perdendo apenas para a capital e para Guarulhos.

Neste ponto, é preciso dizer que a pesquisa de campo tem revelado que trabalhar com a ideia de nacionalidade como forma de definir e acessar meus interlocutores (me referindo a eles como refugiados sírios) talvez não seja muito profícua, visto que, em campo, me deparei algumas vezes com a situação de me apresentar como pesquisadora que trabalha com refúgio sírio e o interlocutor em questão não se reconhecer nesta denominação, colocando-se como palestino, ou até se reconhecer nesta denominação, mas posteriormente sublinhar a sua palestinianidade.

Em alguns desses episódios, pude conhecer mais profundamente a trajetória dos interlocutores. No primeiro deles, tratava-se de um senhor que nasceu na Síria, mas é filho de pai palestino e por isso reconhece-se como sírio e palestino; no segundo, tratava-se de um homem solteiro que nasceu em outro país do Oriente Médio, mas teve de mudar-se com a família para a Síria em função de uma guerra. Para ele, que tem vários parentes em São Bernardo, alguns dos quais figuram entre meus interlocutores, toda a sua trajetória é marcada por esse tipo de deslocamento e as reconstruções que ele implica.

Assim, vemos que, embora aqueles dois interlocutores tenham nascido na Síria, ou ali vivido uma parte de sua vida, e, que tenham vindo para o Brasil em função do conflito sírio, não necessariamente se identificam como refugiados sírios, ou até se identificam, mas têm na palestinidadade um elemento fundamental de sua identidade. Neste sentido, talvez seja profícuo, no desenvolvimento da pesquisa, considerar que o fenômeno ao qual dedico meu estudo pode não ser facilmente definido através da ideia de refúgio sírio. Talvez seja preciso ampliar o escopo e passar a considerar a categoria de “deslocados pelo conflito sírio”, embora seja necessário verificar mais a fundo as implicações desta mudança.

Por ora, considerando relevante incluir as histórias dessas pessoas – e assim complexificar minha questão de pesquisa ao invés de “purificar o objeto” tirando as arestas representadas pelas pessoas que não se encaixam plenamente na categoria de “refugiado sírio” – contabilizo, a partir de estimativas com base no mapeamento de possíveis e atuais interlocutores em São Bernardo do Campo, cerca de 46 pessoas deslocadas pelo conflito sírio, sendo que a elas se somam 8 pessoas que, nascidas no Brasil, descendem daquelas.

4 O CENÁRIO DO REFÚGIO SE INTERSECCIONA COM O PARENTESCO

Se, nos dados apresentados pelo Observatório das Migrações de São Paulo, há um equilíbrio entre homens e mulheres na população síria refugiada em São Bernardo do Campo (19 homens e 17 mulheres), entre os meus interlocutores há um significativo desequilíbrio. Das nove pessoas com as quais estou em contato, apenas duas são mulheres. Tal desequilíbrio possivelmente se relaciona com o fato de que conheci a maioria de meus interlocutores por meio da intermediação das instituições islâmicas da cidade, particularmente a mesquita, um espaço mais frequentado por homens do que por mulheres¹⁴. Neste sentido, além de encontrar mais os homens, tanto na mesquita quanto em outros contextos pela cidade, eram sempre eles que os funcionários das instituições islâmicas (majoritariamente homens) indicavam para falar comigo, mesmo que alguns destes funcionários tivessem sugerido que eu começasse minha pesquisa com mulheres.

Apesar de eu ter tentado seguir esse caminho, não obtive sucesso, seja porque, como mencionei, eu era sempre apresentada a homens sírios pelos funcionários das instituições islâmicas, seja porque algumas das mulheres, com quem tentei contato, alegaram que precisariam conversar com o marido para decidir se poderiam ou não participar de minha pesquisa, o que, na maioria das vezes, impossibilitou a continuação do diálogo. Com relação ao estado civil, também verifiquei diferenças entre os meus interlocutores e os dados do Observatório: enquanto estes apontam uma maioria de solteiros

(22 contra 13 casados e 1 com estado civil definido como “outro”¹⁵), meus interlocutores são majoritariamente casados (7), sendo que apenas um não está com a família na cidade.

Sobre as relações entre as esferas do parentesco e o refúgio, objeto de minha pesquisa de doutorado, os dados iniciais obtidos na pesquisa de campo, desenvolvida em julho de 2018 e janeiro de 2019, permitiram entrever uma série de articulações que, por ora, podem ser resumidas em dois eixos: a) de um lado, a articulação entre as dinâmicas familiares e o processo de deslocamento em si, e b) o ajuste do “planejamento familiar” tendo em vista a realidade da vida no Brasil.

Com relação ao primeiro eixo, poderíamos retomar a história do jovem sírio que narrei na segunda seção deste texto. A sua saída da Síria foi um projeto organizado por seus pais, que temiam que o jovem tivesse que servir ao exército. Na verdade, a recusa em servir às forças armadas do país, um ato que implicaria para muitos de meus interlocutores, não só em São Bernardo, a ideia de matar inocentes, figurou como motivo de emigração de um número considerável de pessoas com as quais conversei; outras deixaram a Síria em função de grandes perdas de familiares, de materiais ou em função da deterioração das condições de vida; outros porque temiam pela segurança própria ou de familiares; e outros, ainda, em função das dificuldades de levar a cabo uma gravidez em meio ao conflito. Vemos, portanto, que o parentesco aparece como um mobilizador e um organizador de deslocamentos que, em uma escala macroscópica, apareceriam apenas como reflexo dos conflitos.

Por outro lado, sabemos que o deslocamento não é apenas resultado de dinâmicas sociais existentes, dentre as quais destaquei o parentesco, mas também é produtor e transformador de relações familiares (BRYCESON e VUORELLA, 2002) e MACHADO (2015). Neste sentido, cabe agora voltar nosso olhar ao segundo eixo que destaquei para as relações entre refúgio e parentesco a partir dos dados iniciais de minha pesquisa em São Bernardo do Campo.

Tendo iniciado a pesquisa nas instituições islâmicas da cidade, soube por meio de um dos funcionários do centro islâmico que muitos fiéis o procuram para arranjar casamentos, sendo que ele mencionou, particularmente, o caso de um refugiado sírio que está com problemas na documentação e quer se casar com uma brasileira de forma a facilitar a obtenção desses documentos. Isso é possível porque, conforme soube por meio de conversa com outro refugiado sírio que me foi apresentado por aquele funcionário, o nascimento de um filho em solo brasileiro e/ou o casamento com um cônjuge brasileiro, pode facilitar o pedido de naturalização no país por parte dos pais da criança ou do cônjuge estrangeiro¹⁶.

O refugiado com quem conversei, contudo, pai de duas crianças nascidas na Síria e outras duas no Brasil, enfrentava dificuldades para obter a naturalização em função de outra exigência do governo brasileiro que o havia pego de surpresa. Trata-se da necessidade de ser aprovado no CELP-BRAS, uma prova

para comprovação de domínio da língua portuguesa por parte de estrangeiros no Brasil. De acordo com esse refugiado, tal exigência seria absurda, visto que a prova pediria um nível de português em muito superior ao necessário à vida no Brasil. Para ele, muitos brasileiros, caso submetidos a este exame, não seriam aprovados.

Há que se considerar, porém, que a legislação não é o único fator a influenciar as configurações de parentesco de imigrantes e refugiados, algo que se encontra ilustrado na história de uma refugiada síria que conheci por intermédio de uma ex-funcionária de uma instituição que lida com refugiados na cidade de São Paulo. A refugiada em questão mora em São Bernardo do Campo e veio ao Brasil junto do marido quando estava grávida de seu primeiro filho. Este nasceu logo após a chegada ao país, cerca de cinco anos atrás. Quando esta moça me recebeu em sua casa e conversávamos sobre sua rotina e seus planos para o futuro, perguntei-lhe se ela e o marido pretendiam ter outros filhos. Ela respondeu positivamente, mas adicionou que eles decidiram postergar os planos de uma nova gravidez. Ela, porque a gestação implicaria (para ela) em uma grande necessidade de repouso, o que é difícil quando se tem outro filho pequeno; e ele, porque são estrangeiros e ainda não falam bem o português. Poderíamos especular, a partir da fala do marido e das narrativas de sua esposa, sobre as dificuldades enfrentadas com a gravidez em um país estrangeiro, que tais dificuldades possivelmente influenciaram a decisão de postergar uma nova gravidez.

Os contratemplos enfrentados no Brasil também apareceram como um obstáculo na trajetória de outro refugiado que pude contatar através da mesquita. Este homem enfrentava, em julho de 2018, dificuldades para trazer a São Bernardo os pais e uma irmã, que permaneciam em um país vizinho da Síria. Ele estava muito preocupado, pois o prazo do visto de viagem que tinham obtido estava para vencer e o dinheiro que havia juntado para pagar as passagens precisou ser investido para resolver os problemas de seu comércio, de onde ele tira o seu sustento.

Quando retornei à cidade, em janeiro de 2019, soube que ele havia conseguido o dinheiro necessário para manter o seu comércio e para trazer os pais e a irmã para São Bernardo do Campo. Agora todos moravam na mesma casa. Esta nova situação, longe de ser um “final feliz”, aparece, segundo meu interlocutor, como desafiadora para todos os membros da família, visto que impõe uma reorganização das dinâmicas familiares.

Como no caso de meus interlocutores, para os nuer que se refugiam nos Estados Unidos, as condições de vida presentes no país de refúgio operam transformações nas dinâmicas familiares (HOLTZMAN, 2000). Holtzman (2000) relata transformações nos papéis de gênero a partir de mudanças concernentes à moradia (habitar em pequenos apartamentos nos EUA aumenta a convivência entre marido e mulher, se compararmos com o contexto do Sudão do Sul) e às

tarefas domésticas (com a maior dependência das mulheres em relação aos seus maridos em função da língua e do transporte automotivo, os homens passam a fazer algumas tarefas em conjunto com suas esposas, tarefas estas que, no Sudão do Sul, são consideradas especificamente femininas). Além disso, o autor relata que a legislação dos EUA impõe desafios para os casais nuer, na medida em que as normas referentes ao divórcio, por exemplo, são conflitantes entre os dois contextos, o que passou a engendrar mudanças nas relações de poder entre os casais nos EUA.

Cumprir dizer que, além das particularidades da sociedade receptora, outro fator é central para a reconfiguração do parentesco dos refugiados nuer nos Estados Unidos – o afastamento geográfico em relação à família estendida, elemento que também aparece nos trabalhos de Arsenault (2009) com refugiados colombianos no Quebec, e Al-Ali (2002) com refugiados bósnios na Holanda e no Reino Unido. Esse afastamento opera, em cada caso, determinadas mudanças no parentesco, a depender do papel que a família estendida desempenhava no país de origem e das relações que se constroem com ela no contexto de refúgio.

Deve-se considerar, porém, a partir do caso do refugiado que conseguiu trazer os pais e a irmã para o Brasil e da discussão de Hamid (2012) sobre palestinos reassentados no Brasil, que os deslocamentos são capazes de produzir transformações na esfera do parentesco não apenas a partir do afastamento de parentes, mas também ao aproximar relações (por exemplo, reunindo em uma mesma casa parentes que antes moravam separados). O caso retratado por Hamid (2012) mostra como tais aproximações, particularmente quando impostas pelo processo de refúgio ou pela necessidade financeira, são capazes de gerar (ou reacender) conflitos e tensões. Com relação ao meu interlocutor em São Bernardo do Campo, ainda não sou capaz de descrever quais são as transformações operadas pela aproximação de parentes, questão que deve ser um dos focos dos desenvolvimentos futuros de minha pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, parti de uma discussão sobre os deslocamentos forçados provocados pelo conflito sírio para contextualizar o lugar que o Brasil e São Bernardo do Campo ocupam entre as sociedades receptoras. Vimos que, apesar de o Brasil não se destacar no cenário internacional como um grande receptor de refugiados sírios, o país tem um papel importante na medida em que representa, ao menos para aqueles que têm condições financeiras de arcar com os custos da viagem, uma alternativa segura e eficaz de refúgio. Isto se torna extremamente importante se consideramos o cenário de enrijecimento das políticas migratórias europeias e o fechamento das fronteiras de países fronteiriços à entrada dos deslocados pelo conflito sírio (DENARO, 2016, p. 78).

Argumentei que o fato de o Brasil aparecer como uma alternativa segura e eficaz de refúgio, representando por vezes o único caminho possível, se dá especialmente em função da Resolução promulgada pelo Conare em 2013, e renovada por mais dois anos em 2015, que facilita a concessão de visto para os deslocados pelo conflito sírio, permitindo que estes saiam legal e rapidamente da região e possam solicitar o refúgio no Brasil.

Vimos, porém, que, ao menos outro fator, extra-legal, atua na vinda de sírios ao Brasil: a existência de relações históricas entre os dois países, que, desde o fim do século XIX, veem um significativo trânsito de pessoas entre si. Estes fluxos transnacionais reverberam na presença de um contingente populacional significativo de árabes e descendentes no Brasil, os quais, junto com as instituições que criaram, têm sido mobilizados pelos novos fluxos representados pelos deslocados pelo conflito sírio. Estes dois fatores diferenciam a experiência dos sírios se comparada com outras nacionalidades que se refugiam no Brasil.

Assim, em São Bernardo do Campo, cidade com uma ampla rede de instituições islâmicas, vemos que os sírios recém-chegados podem contar com o auxílio das referidas instituições e seus membros, muitos dos quais falam árabe em função da religião e também da origem familiar. Para quem chega a um país estranho do qual nada sabe, este elemento certamente é fundamental. Há, contudo, uma animosidade entre os “libaneses de São Bernardo” e os sírios recém-chegados, a qual parece influenciar nas dinâmicas da mesquita e para além dela.

Mostrei igualmente a precariedade do termo “refúgio sírio” para dar conta das dinâmicas complexas que são objeto de minha análise, visto que alguns de meus interlocutores não se reconhecem no referido termo ou consideram que ele dá conta apenas de parte de sua experiência, sendo que a questão da palestinidad apareceu como relevante para alguns de meus interlocutores. Neste sentido, sugeri a possibilidade de trabalhar com a categoria de “deslocados pelo conflito sírio” como uma solução para o dilema posto pela questão da palestinidad.

Por fim, apontei dois tipos de articulações iniciais entre esse cenário de refúgio e a esfera do parentesco, objeto de minha investigação em São Bernardo do Campo. A articulação entre as dinâmicas familiares e o processo de deslocamento em si, e o ajuste do “planejamento familiar” tendo em vista a realidade da vida no Brasil. Certamente o desenvolvimento da pesquisa de campo me levará a aprofundar e complexificar este esquema inicial.

NOTAS

¹ Dados disponíveis em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em: 04/03/2019.

² Middle East and North Africa Region.

³ Dados disponíveis em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria>. Acesso em: 14/05/2018.

⁴ A diferença entre os números de solicitações de refúgio deferidas (10.145) e de refugiados presentes no território nacional em dezembro de 2017 (5.134) se dá em função de diversos processos, como “... aquisição da nacionalidade brasileira, óbito, mudança de país, cessação ou perda declarada pelo Conare nos termos da lei 9474/97”. (Cf. <http://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/de-101-mil-refugiados-apenas-51-mil-continuam-no-brasil/> >. Acesso em: 14/05/2018).

⁵ Não encontrei dados de voos saindo da Síria; além disso, muitos de meus interlocutores relataram ter pego o avião rumo ao Brasil no Líbano, visto que a Síria não tem embaixada brasileira.

⁶ O Conare é um órgão formado por representantes do governo brasileiro, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da sociedade civil brasileira (Cáritas de São Paulo e Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro) para lidar com questões referentes ao refúgio.

⁷ Ao colocar este dado, Karam (2009) faz uma observação, explicitando que, no Brasil, os sírio-libaneses tendem a superestimar os dados sobre este contingente populacional de modo a fortalecer sua posição dentro do país.

⁸ Com relação aos congoleses, é preciso fazer uma ressalva, pois, como aponta Tannuri (2010), muitos dos africanos trazidos ao Brasil como escravos vieram do Congo. Neste sentido, há uma profundidade histórica, atravessada por dinâmicas de poder e dominação, nas relações entre o Brasil e sua cultura e o Congo e sua cultura. Tal relação não parece, contudo, reverberar na presença de redes sociais que possam ser ou tenham sido mobilizadas pelos refugiados que chegaram a partir da década de 1990.

⁹ A legislação brasileira prevê duas formas de refúgio: por elegibilidade e por reassentamento. Na primeira categoria, temos pessoas que, estando em solo brasileiro, dão entrada no processo para obter o *status* de refugiadas. Já o reassentamento transfere pessoas já reconhecidas como refugiadas, mas que não se integraram no primeiro país de refúgio (NAVIA, 2014, p. 94).

¹⁰ Cumpre ressaltar que, ainda aos olhos desses agentes, a presença de uma “comunidade palestina” não garante o bom desempenho do processo de reassentamento, sendo que consideraram que o projeto com colombianos foi mais exitoso do que aquele que trabalhou com palestinos.

¹¹ O islã é dividido em duas vertentes principais, sunismo e xiismo, as quais apresentam diferenças nas práticas rituais, nas crenças e nos discursos doutrinários: de acordo com Chagas (2006: 2), o sunismo baseia-se no Alcorão e na Sunna (tradições relativas à vida do Profeta), cabendo a especialistas religiosos a interpretação e aplicação de tais doutrinas; já o xiismo fundamenta-se no Alcorão e na mensagem esotérica dos *Imans* (descendentes de Maomé pela linha de Ali e Hussein); as funções jurídicas e religiosas são exercidas por aqueles que tem o título de *ayatollah* ou *marja`* (fonte de inspiração).

¹² Ele, no entanto, não se coloca como sírio, mas como palestino (ver discussão abaixo).

¹³ Disponível em: <https://unicamp-arccgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/9d66a6e333be4f4aa09028daf619968e> >. Acesso em: 06/03/2019.

¹⁴ No islã, a oração coletiva de sexta-feira, realizada na mesquita, é obrigatória apenas para os homens (CHAGAS, 2009, p. 163). Conforme soube por meio de um dos funcionários do centro islâmico, a oração que a mulher faz em casa vale mais do que a feita na mesquita, porque a mulher enfrentaria mais obstáculos para estar na mesquita do que o homem.

¹⁵ O observatório apresenta outras categorias possíveis, todas com 0 pessoas: divorciado, separado e viúvo.

¹⁶ Essa informação também está disponível no site da Polícia Federal: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao/naturalizacao-ordinaria> >. Acesso: 17/11/2018.

REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio no Brasil: uma Análise Estatística (2010-2014)**. Brasília: ACNUR Brasil, 2014.

Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf> .

Acesso em: 04/09/2017.

AL-ALI, N. Loss of Status or New Opportunities? Gender Relations and Transnational Ties among Bosnian Refugees. In: BRYCESON, D. e VUORELLA, U. **The Transnational Family**. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002. p. 83-102.

ARSENAULT, S. Pratiques familiales transnationales : Le cas des réfugiés colombiens au Québec. **Anthropologie et Sociétés**, v. 33, n. 1, 2009, p. 211–227.

BORBA, J. H. O. M. ; MOREIRA, J. B. Refugiados nos municípios do ABC: a atuação das instituições da sociedade civil no processo de integração local. In: SEMANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS UFABC & UNIFESP, 1, 2015. São Bernardo do Campo. **Anais....** Santo André: UFABC, 2016. Disponível em: <<https://semanari.wordpress.com/>> .

Acesso em: 10/07/2017.

BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa n. 17, de 20 de setembro de 2013**. Brasília, DF: CONARE, 2013.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-siria-refugiados.pdf>> .

Acesso em: 04/07/2018.

_____. Ministério da Justiça. Refúgio em números **2010-2016**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2017.

Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf/view> .

Acesso em: 12/05/2018.

_____. **Refúgio em números**. 3ª. Ed. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf> .

Acesso em: 12/05/2018.

BRYCESON, D. e VUORELLA, U. **The Transnational Family**. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002.

CHAGAS, G. F. “Introdução”. In: CHAGAS, G.F. **Conhecimento, identidade e poder na comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. PPGAS, Universidade Federal Fluminense, 2006.

- _____. Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2: 152-176, 2009.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200008> .
Acesso em: 23/03/2019.
- DENARO, C. Agency, resistance and (forced) mobility. The case of Syrian refugees through Italy. **REMHU**, Brasília, Ano XXIV, n. 47, p. 77-96, mai./ago. 2016.
- FERREIRA, F. C. B. Redes Islâmicas em São Paulo: “Nascidos muçulmanos” e “revertidos”. **Revista Litteris**, n. 3, nov. 2009. p. 1-27.
Disponível em: <<http://antropologiasocial.com.br/wp-content/uploads/2010/10/rede-sislami-casemsaopaulo.pdf>> .
Acesso em: 17/07/2017
- HAMID, S. C. **(Des) Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais. Brasília: UNB, 2012.
- HOLTZMAN, J. D. Gender, generation, and family change. In: _____. **Nuer Journeys, Nuer Lives: Sudanese Refugees in Minnesota**. Boston: Allyn & Bacon, 2000.
- HONEYSETT, B. E. **The Memory of Generations: Time, Narrative and Kinship in Damascus, Syria**. 329 f. Tese de doutorado em Antropologia. Edimburgo: Universidade de Edimburgo, 2013.
- JARDIM, D. F. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu**, n. 29, jul.-dez. 2007, p. 193-225.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a09n29.pdf>> .
Acesso em : 23/03/2019.
- KARAM, J. T. **Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 330 p.
- LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.
- MACHADO, I. J. R. Movimento e parentesco: a variação da diferença em quatro casos. In: _____. (org.). **Deslocamentos e parentesco**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 196-209.
- MOHAMMED, Y. **O nacionalismo árabe e o partido Baath: uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar Al-Assad (2000-2010)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MONTENEGRO, S. M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o islã no Brasil. **Mana**, v. 8, n. 1, 2002. p. 63-91.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100003> .
Acesso em 23/03/2019.
- NAVIA, A. F. **Êxodos e refúgios**. Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 388 f. Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- OSMAN, S. A. O Retorno de Famílias Imigrantes do Brasil para o Líbano: entre projetos e realidades. **Cadernos OBMigra** v.2, n.1, 2016. p. 5-38. Brasília-DF.

- PINTO, P. G. H. R. "Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil". **Revista USP**, n. 67, 2005. p. 228-250.
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13467/15285>> .
Acesso em: 23/03/2019.
- SAYAD, A. **La double absence**. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999. 538 p.
- TANNURI, M. R. P. Da inclusão social precária à busca de "integração local" no contexto da grande metrópole. In: TANNURI, M. R. P. **Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de "integração local"**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- TRUZZI, O. M. S. **Patrícios sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Huicitec, 1997. 254 p.
- _____. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 37 a 74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a02v51n1>> . Acesso em: 10/07/2017.
- _____. Religiosidade Cristã entre Árabes em São Paulo: Desafios no Passado e no Presente. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2: 266-291, 2016.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v36n2/0100-8587-rs-36-2-00266.pdf>> .
Acesso em: 23/03/2019.

RESUMO

Neste artigo, delinheiro o cenário dentro do qual se desenvolve o processo de refúgio sírio em São Bernardo do Campo, sublinhando a sua singularidade frente a outras nacionalidades que se refugiam no país, bem como a especificidade do município enquanto sociedade receptora. A partir dos dados iniciais da pesquisa de campo, discuto também como este processo de refúgio se articula com a esfera do parentesco, uma vez que a bibliografia e os dados iniciais apontam para a importância desse aspecto não só no processo de deslocamento em si, mas também no desenvolvimento da vida no país receptor.

Palavras-chave: refúgio, sírios, parentesco.

ABSTRACT

In this article, I outline the scenario within which the process of Syrian refuge in São Bernardo do Campo develops, emphasizing its uniqueness in relation to other nationalities that take refuge in the country, as well as the specificity of the municipality as a receiving society. From the initial data of the field research, I also discuss how this process of refuge articulates with the sphere of kinship, since the bibliography and the initial data point to the importance of this aspect not only in the displacement process itself, but also in the development of life in the receiving country.

Keywords: refuge, Syrians, kinship.